

**EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E ESTUDO DO VOCABULÁRIO
DE UMA AÇÃO DE DESQUITE DO INÍCIO DO SÉCULO XX**

Josenilce Rodrigues de Oliveira Barreto (UEFS)

nilce11.barreto@gmail.com

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (UEFS)

rcrqueiroz@uol.com.br

1. Primeiras palavras

Quando falamos em documentos, logo nos vem à mente a enorme quantidade de histórias que estão submersas nas entrelinhas daqueles. Pensamos, conseqüentemente, no fato de que muitos acervos, sejam estes públicos ou privados, estão mal organizados, mal estruturados e sem condições adequadas de armazená-los de forma que, no mínimo, não sofram danos.

Neste sentido, ao “perdermos” o suporte material, perdemos também todas as informações descritas e armazenadas nos documentos, os quais poderiam nos revelar a história, a língua e a cultura das sociedades, se fossem salvaguardados antes de sua deterioração. A fim de evitar tais perdas é que a filologia torna-se de essencial relevância. Para ratificar isso, Queiroz (2006, p. 3) assinala que:

[...] o documento escrito não é só de interesse da história como também da filologia, da paleografia, da epigrafia, da diplomática, da linguística, da literatura, do direito, da teologia, dentre outras ciências. Sendo assim, é de suma importância a sua preservação e conservação.

Neste meandro, a filologia é compreendida como a ciência que estuda a língua, a literatura e a cultura de um povo (CANO AGUILAR, 2000). Similarmente, Ximenes (2012, p. 94) diz que a filologia é a “[...] ciência que apaixona aos que dela se aproximam por sua maneira de abordar o objeto ‘língua’ em suas várias dimensões [...]”. Assim sendo, buscamos resgatar um documento da esfera cível, mais especificamente uma ação de desquite do início do século XX, à luz da ciência filológica com o intuito de preservar todo o conteúdo e disponibilizá-lo para que outros pesquisadores tenham conhecimento desse texto e possam realizar outros estudos a partir daquele.

Ao se estudar uma língua faz-se necessário compreender as diversas relações que aquela estabelece com a sociedade e a cultura de um povo. Diante disso, podemos dizer que, ao enveredar pelo léxico encontra-

mos, conseqüentemente, características que nos levam a detectar aspectos sócio-histórico-culturais pertencentes a um determinado grupo linguístico.

Assim, ao realizarmos a edição do documento referido anteriormente e analisarmos o vocabulário constante naquele trazemos à tona todas as informações referentes ao *locus*, ao tempo e às ações dos envolvidos na narrativa documental. A partir disso, “esmiuçamos” todos os detalhes textuais que nos levam a conhecer a história descrita ao longo do texto.

Dessa forma, para melhor compreender o estudo empreendido elencamos as seções que compõem este trabalho, a saber: além dessa seção introdutória, falamos brevemente, na seção seguinte, da filologia enquanto ciência; na terceira seção, abordamos alguns detalhes do *corpus* analisado, englobando os aspectos extrínsecos daquele, bem como a edição realizada do documento; em seguida, apresentamos o estudo do vocabulário; e, por fim, as considerações finais.

2. Filologia: O que é? Como fazer?

Muitas são as dúvidas sobre o que é filologia ou sobre como utilizar seus aportes teóricos, mas é indubitável que seja a ciência que “abre as portas” para todos e quaisquer estudos linguístico-culturais, pois para se realizar tais estudos é imprescindível a existência de textos fidedignos, os quais só podem ser obtidos a partir do labor filológico.

Deste modo, quanto mais textos editados sob o olhar da filologia, mais confiabilidade se ganha nos estudos realizados a partir daqueles, mesmo porque sem o aval daquela, em relação a um texto de época pretérita, qualquer conclusão extraída de tal estudo pode ser falha e isso desacredita todo e qualquer trabalho sobre o uso linguístico em uma dada época. Assim, de acordo com Auerbach (1972, p. 11), a constituição de textos fidedignos é sentida quando:

[...] um povo de alta civilização toma consciência dessa civilização e deseja preservar dos estragos do tempo as obras que lhe constituem o patrimônio espiritual; salvá-las não somente do olvido como também das alterações, mutilações e adições que o uso popular ou o desleixo dos copistas nelas introduzem necessariamente (AUERBACH, 1972, p. 11).

A filologia, portanto, não é e nunca foi uma ciência descartável, muito pelo contrário, suas origens remontam à Antiguidade Clássica

quando os primeiros filólogos e gramáticos editavam obras, cuja autoria foi atribuída a Homero ou a outros escritores, a fim de ampliar a divulgação desses textos e de conservar dos males do tempo as narrativas descritas em tais obras. No entanto, os primeiros filólogos não dispunham de critérios rigorosos de edição de textos, ocorrendo isso apenas início do século XIX quando, finalmente, a filologia se tornou uma ciência com metodologia própria. Como consequência disso, os trabalhos filológicos ganharam espaço dentro do cenário acadêmico, pois os textos editados criticamente se tornaram *corpora* confiáveis para a realização de estudos inúmeros sobre a língua em períodos diversos da história, o que garantiu a permanência dessa ciência na área de estudos da linguagem. A partir de então a filologia tem servido como auxílio para outras áreas do conhecimento.

Diante do exposto, fica nítido que os documentos escritos são verdadeiros depósitos de informações valiosas sobre as sociedades e, devido a isso, são objetos de estudo de variadas ciências, além da filologia, por isso faz-se de suma importância editá-los. Destarte, não poderia ser diferente com o documento manuscrito que estamos estudando, porque também há um manancial de informações, dantes esquecidas, que trazemos à tona durante as nossas análises.

3. As partes de um todo: desvelando o corpus

3.1. O conteúdo do corpus

Assim como os jazigos são criados para acolher os entes depositados naqueles, mas que, com o passar do tempo são “esquecidos” pelos vivos e só revisitados em casos de novos óbitos ou em datas memoriais, como por exemplo, o feriado de *Finados* no Brasil, os documentos, por outro lado, são produzidos por determinadas pessoas ou grupos delas e “colocados de lado” por semanas, meses, anos, décadas ou séculos até que alguém em certo dia, tempo ou espaço, se depare com ele, nutra interesse e comece a lê-lo e, conseqüentemente, rememorá-lo, trazendo a lume todas as memórias contidas naqueles, fazendo reviver todas as histórias guardadas ou adormecidas na tinta da caneta segurada pelas mãos que, um dia, os escreveu. Esse alguém que encontrou o “tesouro perdido de Ali Babá”, neste caso, fomos nós ao nos depararmos com uma ação de desquite lavrada em Feira de Santana no início do século XX, quando fomos ao Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa, doravante

CEDOC, localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana, escolher alguns documentos para editarmos filologicamente.

Ao folhearmos as primeiras páginas do referido manuscrito nos demos conta de que tínhamos em mãos uma valiosa fonte de pesquisa sobre cidadãos influentes que viveram na referida cidade no entresséculos XIX e XX, que ora disputavam judicialmente um processo de desquite requerido pela esposa e proprietária de imóveis urbanos, a senhora Albertina da Motta Barreto, casada com o senhor Antonio Alves Barreto e filha do intendente vigente, o senhor Agostinho Fróes da Motta⁹.

Todavia, sabe-se que nos dias atuais a quantidade de casamentos dissolvidos por motivos variados tem crescido assustadoramente. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, doravante IBGE (2013, *online*), “[...] entre 1990 e 2007 [...] a taxa de divórcio cresceu 200% [...]”, percentual que nos revela a facilidade atual em casar-se e descasar-se judicialmente.

Esses dados, contudo, não são equivalentes aos do início do século XX, ao contrário, são equidistantes da realidade em que viveu a autora, Dona Albertina da Motta Barreto, da ação de desquite, visto que era uma época em que os casamentos eram bem mais difíceis de serem desfeitos, principalmente se houvesse filhos envolvidos e também porque a lei, que assegurava o divórcio, ainda nem tinha sido promulgada, mas a de desquite estava em pleno vigor, a qual dizia que o desquitado não poderia em hipótese alguma contrair um novo matrimônio e, assim, o desquitado estava destinado a viver solitário após a separação judicial.

Diante do exposto, o que levaria uma mulher a solicitar o desquite, mesmo sabendo das consequências desse ato? Em uma época em que era mais comum o sexo feminino se submeter a tudo em prol da preservação do matrimônio, por que Dona Albertina preferiu separar-se a continuar casada? Qual o motivo que anulou, na autora, a efetiva submissão ao marido e a tudo que o casamento, naquele contexto, representava? Para todas essas indagações há apenas uma resposta: o abandono voluntário do lar por parte do cônjuge por mais de dois anos consecutivos!

Ao ler todo o documento, minuciosamente, penetramos não apenas na vida íntima do casal como também nos pensamentos e sentimen-

⁹ O coronel Agostinho Fróes da Motta exerceu o mandato de intendente em Feira de Santana no período de janeiro de 1916 a dezembro de 1919. (Cf. FEIRA DE SANTANA. Disponível em: <<http://www.feiradesantanna.com.br/prefeitos.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2013.)

tos da sociedade de então. Descobrimos, além dos motivos da separação judicial, os segredos conjugais revelados nas palavras dos envolvidos, incluindo-se, além do casal, as testemunhas do abandono, o pai da autora e o juiz encarregado. Cada um desses personagens deu a sua versão sobre o motivo da petição de desquite, a saber: a esposa disse que queria desquitarse porque o seu marido a abandonou por mais de dois anos e que queria formalizar essa separação já que a de corpos já havia se consumado há algum tempo; o marido, por sua vez, enfatizou que abandonou o lar conjugal porque a sua esposa havia se negado a dividir o leito conjugal com ele há mais de quatro anos quando viviam sob o mesmo teto e que em certa noite ela o atacou, jogando objetos domésticos sobre a sua face e, em virtude de evitar mais problemas, decidiu deixá-la, ou seja, segundo o réu, ele foi forçado a deixar o lar pela própria esposa. As testemunhas convocadas foram cinco, mas apenas três compareceram à audiência pública, as quais disseram que sabiam do abandono, mas não sabiam o motivo; o pai da autora, o senhor Agostinho Fróes da Motta, incentivou a filha a pedir o desquite, visto que ele a estava sustentando durante todos os anos de abandono e que naquele momento a família estava em processo de partilha dos bens deixados pela mãe falecida da autora e que, devido a isso, o senhor Agostinho notava o interesse financeiro do genro nos bens que Dona Albertina herdaria de sua mãe; o juiz, por sua vez, negou o pedido de desquite da autora, alegando que o abandono só aconteceu porque o cônjuge foi forçado a deixar o lar, nomeando-o, portanto, como representante legal da autora.

Desse modo, podemos notar que a ação de desquite estudada contém informações relevantes tanto sobre os envolvidos na trama judicial quanto sobre as leis referentes ao desquite naquele período.

3.2. Aspectos extrínsecos ao corpus

No processo de edição semidiplomática de documentos, baseado nos pressupostos da filologia, adotamos alguns critérios tanto para descrever quanto para transcrever o texto. Assim, a metodologia adotada foi:

Para a descrição do documento, observamos:

- ✓ Número de colunas;
- ✓ Número de linhas da mancha escrita;
- ✓ Existência de ornamentos;

- ✓ Maiúsculas mais interessantes;
- ✓ Existências de sinais especiais;
- ✓ Número de abreviaturas;
- ✓ Tipo de escrita;
- ✓ Tipo de papel.

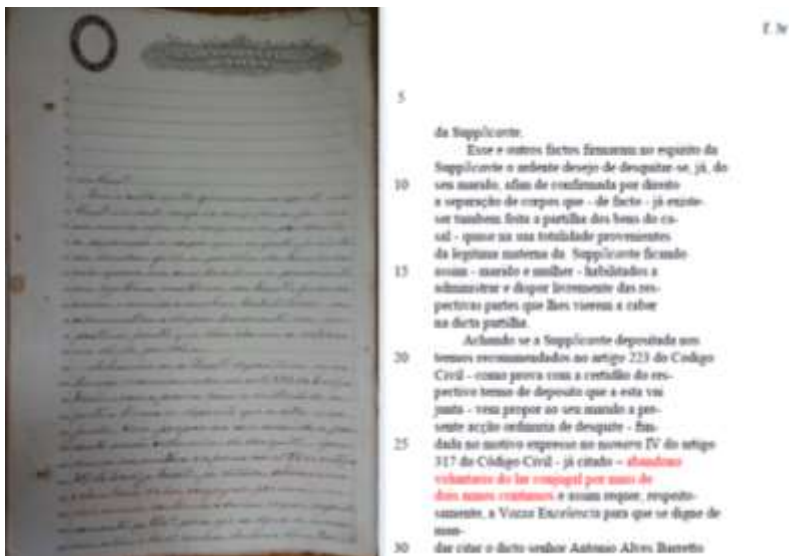
Já para a transcrição, optamos por:

- ✓ Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólios etc.;
- ✓ Fazer remissão ao número do fólho no ângulo superior direito;
- ✓ Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- ✓ Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- ✓ Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- ✓ Utilizar colchetes para as interpolações: [];
- ✓ Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - // leitura conjecturada;
 - < > supressão;
 - () rasura ou mancha;
 - [] acréscimo.

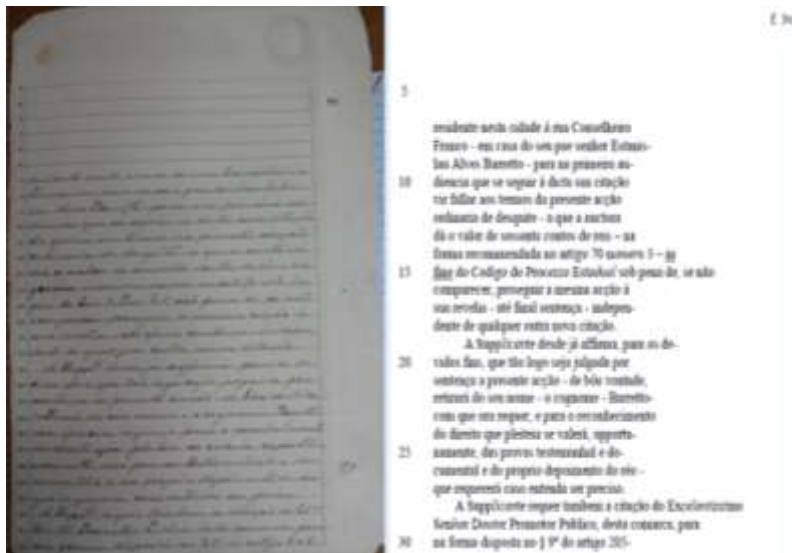
Como dito anteriormente, o documento estudado é da esfera cível, guardado no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa localizado na Universidade Estadual de Feira de Santana. Trata-se de uma ação de desquite lavrada no período de 1919 a 1922 em Feira de Santana – Bahia, com 97 fólhos escritos no recto, em sua maioria, e no verso. Foi escrito em letra cursiva, em tinta preta e azul, em alguns fólhos, sendo que estes últimos foram datiloscritos. Vale ressaltar que o papel utilizado para a

escrita do documento contém pautas, perfazendo o total de trinta linhas. Naquele também há selos, carimbos, timbres, rubricas, numeração, dentre outras características.

3.3. Edição fac-similada e a semidiplomática



Fólio 3r da Ação de desquite solicitada por Dona Albertina da Motta Barreto



Fólio 3v da Ação de desquite solicitada por Dona Albertina da Motta Barreto

4. O léxico

Os estudos sobre o léxico não são atuais, mas nos últimos anos têm ganhado maior visibilidade por estabelecer estreitas relações com a parte social da linguagem. Assim, torna-se complexo falar em léxico sem nos remeter à função social da palavra, principalmente porque aquele mantém uma estreita relação com a sociedade, pois é no nível lexical que são mais perceptíveis aspectos histórico-culturais.

Logo, é sabido que o léxico é um sistema aberto e infinito, cujos itens que o compõe revelam a história e a cultura de uma dada sociedade. Assim,

[...] o léxico é [...] a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os hábitos e costumes de uma comunidade [...] (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001, p. 9).

Neste sentido, através do léxico podemos, como em uma fotografia, captar e visualizar as crenças, os valores e as histórias circunscritas a um grupo social.

Com o objetivo de desvelar o léxico, a partir do vocabulário contido na ação de desquite, apoiamo-nos na teoria do Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg (1963), o qual toma como princípio de análise os conceitos pré-estabelecidos empiricamente. Assim, ao aplicarmos essa teoria, neste trabalho, buscamos trazer à tona os conceitos das palavras atribuídos pela sociedade que produziu o documento sob análise.

Contudo, faz-se *mister* dizer que a proposta de estudo desenvolvida por Hallig e Wartburg (1963) traz três esferas conceituais – A – O Universo; B – O Homem; e C – O Homem e o Universo. Entretanto, neste artigo, apresentamos apenas algumas lexias alocadas na esfera C, por se tratar de palavras referentes à relação existente entre o homem e o universo.

Os critérios estabelecidos para a realização do estudo do vocabulário foram:

- ✓ Para as entradas lexicais, as lexias foram apresentadas em letras maiúsculas e em negrito, seguidas pela classificação genérica da categoria gramatical a que pertencem;
- ✓ As lexias compostas foram classificadas como locução;
- ✓ As entradas dos nomes (substantivos e adjetivos) foram feitas pelo masculino e feminino singular;
- ✓ As entradas dos verbos foram feitas pelo infinitivo;
- ✓ Após a entrada e a classificação apresentamos a significação da lexia no contexto específico, seguida de um exemplo do texto e todas as demais indicações presentes na ação de desquite e os respectivos fôlios e linhas;
- ✓ Os exemplos foram apresentados entre aspas, com a lexia destacada em negrito (QUEIROZ, 2002).

4.1. Vocabulário Onomasiológico

C – O HOMEM E O UNIVERSO

I – A PRIORI

A – ESTADO DAS COISAS

1. Existência

EXISTÊNCIA (s.f.): ‘o fato de ser real’.

Contexto: “[...] que a *Supplicante* fosse prejudicada com a **exis-** / **tencia** de tal contracto e do que lhe veiu a [...]” (f. 2v, l. 25-26).

FATO (s.m.): ‘ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização’.

Contexto: “[...] Esse e outros **factos** firmaram no espírito da [...]” (f. 3r, l. 8, 11).

B – RELAÇÃO, ORDEM, VALOR

a) Medidas

MEACÃO (s.f.): ‘na técnica de inventários, a metade de bens, interesses, direitos e obrigações que cabe ao cônjuge no regime de comunhão’.

Contexto: “[...] de tal contracto e do que lhe veiu a / caber na sua **meação** pagou, por espontanea / vontade ao mesmo advogado [...]” (f. 2v, l. 26-28; 30).

b) Moeda

RÉIS (s.m.): ‘antiga base unitária do meio circulante brasileiro, em que as cédulas eram múltiplas e as moedas frações de mil réis’.

Contexto: “[...] dá o valor de sessenta contos **reís** [...]” (f. 3v, l. 12).

c) Pagamento e dívidas

PENSÃO (s.f.): ‘renda ou abono periódico devido a uma pessoa, para que atenda a suas necessidades ou a sua manutenção’.

Contexto: “[...] casa – sem vexames, sem preocupações, sem contrariedades, com inteira decencia, cercada / dos carinhos dos seus irmãos e com a **pensão** [...]” (f. 2r, l. 28-30).

HONORÁRIO (s.m.): ‘vencimentos devidos a profissionais liberais (médicos, advogados etc.) em troca de seus serviços; remuneração’.

Contexto: “[...] advogado – com um contracto de **honorários** / de dez per cento (10%) sobre o total da legitima [...]” (f. 2v, l. 17-18).

D – NÚMERO E QUANTIDADE

1119 (num.): ‘que equivale a essa quantidade’.

Contexto: “[...] da Lei nº **1119** de 21 de agosto de 1915 – officiar [...]” (f. 4r, l. 6).

17 (num.): ‘décimo sétimo elemento de uma série’.

Contexto: “[...] Feira, **17** de Dezembro de 1919 [...]” (f. 4r, l. 29).

205 (num.): ‘ducentésimo quinto elemento de uma série’.

Contexto: “[...] na forma disposta no § 9 do artigo **205-** [...]” (f. 3v, l. 29).

E – ESPAÇO

a) Espaço

CIDADE (s.f.): ‘aglomeração de edificios localizados numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e a outras’.

Contexto: “[...] bra- / sileira, proprietaria, residente nesta **cidade** [...]” (f. 2r, l. 7-8; f. 3v, l. 6; f. 5r, l. 23, 27; f. 5v, l. 5).

RUA (s.f.): ‘via pública urbana’.

Contexto: “[...] bra- / sileira, proprietaria, residente nesta cidade / á **rua** Nossa Senhora dos Remedios – por seu [...]” (f. f. 2r, l. 7-9; f. 3v, l. 6).

F – TEMPO

DOIS ANOS (loc.): ‘tempo decorrido em 24 meses’.

Contexto: “[...] **dois annos** continuos e assim requer [...]” (f. 3r, l. 28; f. 5r, l. 28).

ATUALMENTE (adv.): ‘nos dias que correm; na atualidade’.

Contexto: “[...] de numero oito e que serve **actualmente** [...]” (f. 5r, l. 11).

AGORA (adv.): ‘na época em que estamos, atualmente’.

Contexto: “[...] **Agora**, por motivo do fallecimento [...]” (f. 2v, l. 10).

D’ANTES (adv.): ‘no passado; antigamente, outrora’.

Contexto: “[...] Motta – encerra-se o inventário dos bens / que ella deixara e, por não ter a **Supplicante d’antes** [...]” (f. 2v, l. 12-13).

HOJE (adv.): ‘na época atual; no presente, na atualidade’.

Contexto: “[...] do anno de mil novecentos e treze e não mais / voltara a elle até **hoje** [...]” (f. 2r, l. 20-21; f. 2v, l. 19).

5. *Considerações finais*

Realizar edições de textos continua sendo uma atividade imprescindível para a feitura de estudos em diversas áreas do conhecimento. Assim, o ofício principal do filólogo – a edição de textos – é de fundamental importância para as pesquisas atuais na área da linguagem.

Partindo disso, ao editarmos um documento do início do século XX é trazida à superfície a história contida naquele e, a partir daquela, empreendemos o estudo do vocabulário, com base no Sistema Racional de Conceitos de Hallig e Wartburg ([1952] 1963), que nos permite relacionar os conceitos dados às lexias com o *modus vivendi* das pessoas que produziram a ação de desquite analisada, visto que as conceituações revelam as experiências vividas por quem as fez.

Entretanto, há muito que desvelar, descortinar, descobrir a partir do vocabulário, pois muitas análises ainda serão feitas, visto que este trabalho é reflexo da pesquisa de dissertação de mestrado que está em andamento. Assim, as conclusões ainda são parciais e, portanto, rasas, mas já demonstram que só se pode definir a função de uma lexia se levarmos em consideração o contexto sócio-histórico-cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Trad.: José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972. p.11.

FEIRA DE SANTANA. Disponível em:

<<http://www.feiradesantanna.com.br/prefeitos.htm>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

HALLIG, R.; WARTBURG, W. von. *Begriffssystem als Grundlage für die Lexikographie*; Versuch eines Ordnungsschemas. 2. Neu bearbeitete und erweiterte Auflage Berlin: Akademie-Verlag, 1963.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em:

<http://www.comunhao.com.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=8907:casamento-amea%C3%A7ado&Itemid=108>. Acesso em: 17-07-2013.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri. Apresentação. In: _____. (Org.). *As Ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. 2. ed. Campo Grande: UFMS, 2001, p. 9-22.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Preservar a memória baiana: a edição de documentos manuscritos dos séculos XVIII ao XX. *Scripta Philologica*, Feira de Santana: UEFS, Departamento de Letras e Artes, n. 2, p.1-15, 2006.

_____. “*Dos benefícios de Deus*”, “*Livro da Consciência e do conhecimento próprio*”, “*Da amizade e das qualidades do amigo*”: Edição e vocabulário onomasiológico de três tratados da obra ascético-mística “Castelo Perigoso” (Cód(s). ALC 199 e ALC 214). 2002. 468f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CIFEFIL, n. 52, p. 94-115, jan./abr. 2012. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/52/07.pdf>>. Acesso em: 15-07-2013.